ISSN: 2358-8829

ACOLHIMENTO ÀS FAMÍLIAS: PASSO IMPORTANTE PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Isabela Macena dos Santos Marques[1]
Jussara Ferreira da Silva[2]
Andreza Freire da Silva[3]
Daniela Botti da Rosa[4]
Suank Alves de Melo[5]

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui um importante princípio para a garantia do direito à educação e para a construção de uma escola que reconheça e valorize a diversidade presente no espaço escolar como preconiza a LDB 9394/96 (Brasil, 1996). Nesse contexto, a inclusão de estudantes com necessidades específicas não se limita à oferta de recursos pedagógicos e de atendimento educacional especializado, mas envolve também a construção de relações de respeito, diálogo e colaboração entre os diferentes sujeitos que compõem a comunidade escolar.

Dessa forma, o acolhimento às famílias pode ser compreendido como uma prática essencial para o fortalecimento da educação inclusiva, na medida em que favorece o diálogo, a corresponsabilidade e a construção coletiva de caminhos para atender às especificidades de cada estudante. Essa compreensão é fundamental para a identificação das necessidades do estudante e se concretiza no estudo de caso - instrumento oficial e obrigatório instituído pela Portaria MEC nº 421, publicada em 15 de maio de 2026 (Brasil, 2026).

No âmbito dos Institutos Federais, o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) constitui um importante espaço de apoio à inclusão, atuando na identificação de demandas, na promoção de ações inclusivas e na articulação entre diferentes profissionais e sujeitos envolvidos no processo educacional. Assim, as práticas

[1] Doutora em Educação pela UFAL, Instituto Federal de Alagoas - IFAL, isabelamacena@yahoo.com.br;
[2] Pós graduação em Docência do Ensino Superior pela FERA, Instituto Federal de Alagoas - IFAL, jussara.ferreira@ifal.edu.br;
[3] Mestra em Serviço Social pela UFAL, Instituto Federal de Alagoas - IFAL, andreza.freire@ifal.edu.br;
[4] Doutora em Letras e Linguística pela UFAL, Instituto Federal de Alagoas - IFAL, daniela.botti@ifal.edu.br;
[5] Mestre em Nutrição pela UFAL, Instituto Federal de Alagoas - IFAL, suank.melo@ifal.edu.br.

ISSN: 2358-8829

desenvolvidas pelo NAPNE podem contribuir não apenas para o acompanhamento dos estudantes, mas também para a aproximação e o acolhimento de suas famílias.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar a importância do acolhimento às famílias de estudantes com necessidades específicas no espaço escolar, a partir das experiências do NAPNE do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), Campus Palmeira dos Índios.

METODOLOGIA

O presente artigo fundamenta-se em uma pesquisa bibliográfica acerca da educação inclusiva e acolhimento às famílias, fundamentada em estudos e autores que discutem a temática. Essa fundamentação teórica articula-se com a análise qualitativa e descritiva da percepção da equipe multiprofissional do núcleo sobre os processos de acolhimentos realizados junto às famílias. Nessa direção, a análise incorpora as contribuições do relato de experiência da equipe multiprofissional, que é um instrumento metodológico precioso para reflexão sobre a atuação profissional e para o enriquecimento da análise qualitativa.

A busca bibliográfica foi estruturada a partir de bases e fontes reconhecidas como Google Acadêmico, Scielo, LILACs e PePsi. Foram considerados escritores e termos de busca em português relacionados aos eixos centrais do estudo, como “inclusão”, “escola”, “acolhimento” e “equipe multiprofissional”. Como critérios de elegibilidade, foram priorizados artigos científicos e teses ou dissertações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1 Educação Inclusiva em Parceria com as Famílias dos Estudantes com Necessidades Específicas

A trajetória da educação destinada às pessoas com deficiência é marcada por diferentes concepções acerca da deficiência, do papel da escola e das possibilidades de aprendizagem desses sujeitos. Durante muito tempo, de acordo com Diniz (2007) predominou uma perspectiva centrada na educação especial como espaço distinto da escola regular, sustentada pela compreensão de que as diferenças individuais deveriam ser tratadas por meio de serviços especializados e, muitas vezes, em instituições ou classes separadas. A mudança para uma perspectiva de educação inclusiva representa, portanto, mais do que uma alteração

ISSN: 2358-8829

na organização dos serviços educacionais: trata-se de uma mudança de paradigma que questiona a própria forma de compreender a diferença e a deficiência no contexto escolar.

Nesse processo, a educação inclusiva passa a defender uma escola capaz de receber todos os estudantes, reconhecendo suas singularidades e garantindo condições de participação e aprendizagem. Para Mantoan (2004), a inclusão escolar confronta uma cultura educacional marcada por práticas assistencialistas e terapêuticas e exige a construção de uma escola aberta às diferenças. Nessa perspectiva, não se trata simplesmente de inserir o estudante com deficiência em um espaço anteriormente organizado para um padrão considerado "normal", mas de transformar a própria escola para que ela seja capaz de acolher a diversidade.

Para Diniz (2007) essa mudança de paradigma também pode ser compreendida a partir do modelo social da deficiência. Diferentemente de uma concepção centrada exclusivamente no indivíduo e em suas limitações, o modelo social desloca o olhar para as barreiras presentes na sociedade. Nesse entendimento, a deficiência não pode ser reduzida à existência de uma lesão, condição ou característica corporal, pois as experiências de exclusão também são produzidas pelas barreiras físicas, comunicacionais, pedagógicas, atitudinais e sociais que dificultam a participação das pessoas.

Para Glat (1996), a família exerce papel significativo no processo de integração e escolarização da pessoa com deficiência, uma vez que constitui um dos principais espaços de convivência, apoio e desenvolvimento do indivíduo. Nesse sentido, a escola precisa reconhecer a família como parceira no processo educacional, considerando seus conhecimentos, experiências, expectativas e necessidades.

Maturana e Cia (2015), ao analisarem a produção científica sobre a relação entre família e escola na educação especial, evidenciam a relevância dessa parceria para o processo de inclusão escolar. A aproximação entre esses dois contextos permite compartilhar informações sobre as características e necessidades dos estudantes, além de favorecer ações articuladas em seu acompanhamento educacional.

Essa mudança implica rever práticas pedagógicas, formas de organização institucional, relações interpessoais e, sobretudo, as barreiras que podem impedir a participação plena dos estudantes e é a partir dele que fundamentamos o acolhimento às famílias no NAPNE. Nesse sentido, o acolhimento às famílias pode ser compreendido como uma expressão concreta do paradigma inclusivo. Ao abrir espaços de diálogo, escuta e participação, a escola reconhece a família como parceira e não como mera destinatária de orientações.

Essa perspectiva é particularmente relevante quando se considera a atuação de equipes multiprofissionais e de núcleos institucionais voltados à inclusão, como o Núcleo de

ISSN: 2358-8829

Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas do IFAL - Campus Palmeira dos Índios. A atuação desses espaços pode ultrapassar o acompanhamento individual do estudante e envolver também a construção de relações entre escola, família e comunidade.

2 Análise qualitativa da percepção da equipe multiprofissional do Napne campus Palmeira dos Índios sobre os acolhimentos realizados às famílias

Atualmente a equipe do NAPNE Campus Palmeira dos Índios é constituída de 11 integrantes. Dentre esses integrantes se estabelece uma equipe multiprofissional que realiza e acompanha o acolhimento das famílias na instituição e é formada pela coordenadora do NAPNE, uma pedagoga, uma psicóloga, uma assistente social e um nutricionista. Com essa equipe pode-se realizar um atendimento mais completo e um melhor acolhimento dos estudantes.

No NAPNE Campus Palmeira dos Índios são atendidos 37 estudantes com necessidades específicas, para melhor atendimento no setor, a partir da conversa com a família e análise da equipe multiprofissional, os estudantes são organizados entre apenas monitorados e acompanhados. O acolhimento das famílias no NAPNE Campus Palmeira dos Índios ocorre ao longo do ano letivo por meio de um processo estruturado em etapas contínuas descritas a seguir.

No início do ano letivo, realiza-se a identificação junto à Coordenação de Registro Acadêmico (CRA) dos estudantes com necessidades específicas aprovados no processo seletivo para os cursos técnicos integrados, acompanhando também, ao longo do ano, os encaminhamentos de docentes referentes a discentes que demandam atenção especial. Em seguida, antes do início das aulas, estabelece-se o contato com as famílias para realizar a reunião de acolhimento e apresentação do NAPNE pela equipe multiprofissional, momento fundamental para conhecer o estudante e seu responsável legal. A partir das informações obtidas, elabora-se e envia-se aos professores um material orientativo abordando as adaptações pedagógicas, sociais ou físicas necessárias.

Paralelamente, o núcleo participa da Formação Pedagógica de início do ano letivo com palestras e oficinas destinadas à capacitação docente, além de atuar na semana de acolhimento aos novos estudantes para orientar sobre a rotina acadêmica e observar a interação social dos ingressantes. Durante o período letivo, realizam-se reuniões com os professores dos alunos que exigem maiores adaptações curriculares, bem como o acompanhamento dos discentes monitorados através dos conselhos de classe. Quando identificado algum desafio de adaptação

ISSN: 2358-8829

ou socialização, a equipe multiprofissional promove ações coletivas ou individuais nas turmas focando em temas como capacitismo e prevenção ao *bullying*. O acompanhamento com os pais desdobra-se em reuniões individuais ao longo do ano para tratar de questões acadêmicas ou relacionais, complementado por reuniões semanais da equipe multiprofissional para análise contínua de casos. Além disso, as profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) mantêm contato constante com professores, estudantes e familiares, realizando atendimentos semanais agendados. Por fim, o setor garante participação ativa nos plantões pedagógicos e reuniões de pais do calendário escolar para atualizar informações e alinhar estratégias com a comunidade docente.

Dessa maneira o acolhimento às famílias não é realizado de forma momentânea, mas sim ao longo de todo o ano letivo. Todas essas ações e momentos desenvolvidos impactam na forma como o estudante com necessidade específica e seus pais/responsáveis se sentem acolhidos na instituição, pois sentir-se acolhido perpassa pela certeza de ter suporte e orientação sempre que necessário.

Percebe-se nas vivências das famílias de pessoas com necessidades específicas: elas aprendem desde cedo a ter que ir em busca de direitos e, muitas vezes, vivenciar rotinas exaustivas para que esses direitos sejam preservados. Por isso, é muito comum que, ao serem chamadas para o acolhimento no início do ano letivo, as famílias tragam uma certa surpresa por não precisarem buscar, exigir, por serem chamadas antes que eventuais problemas escolares surjam. Neste sentido, durante os acolhimentos no NAPNE Campus Palmeira dos Índios, as famílias costumam relatar que sempre foram eles que buscaram as instituições para pedir ajuda ou exigir direitos, sendo aquela a primeira vez que uma instituição os procurava para saber como poderia ajudar.

É importante relatar que devido ao aumento da demanda, nem sempre é possível fazer esse acolhimento de todas as famílias em tempo (no prazo entre a matrícula e o início das aulas), mas o objetivo sempre é tentar garantir que antes de ir para sala de aula as famílias já tenham sido acolhidas em uma primeira reunião no NAPNE. Também durante todo esse fluxo de acolhimento encontraram-se dificuldades como: 1) Ausência de troca de comunicação mais efetiva com alguns docentes, 2) Falta de apoio de algumas famílias nos acompanhamentos multiprofissionais externos, 3) Falta de servidores e colaboradores suficientes para que esse acolhimento ocorra com maior agilidade; e 4) Mudanças ou encerramento no meio do ano letivo dos contratos de profissionais especializados. Mesmo diante dessas dificuldades o núcleo continua realizando os acolhimentos anualmente.

O contato com a família antes do estudante começar as aulas é fundamental para

ISSN: 2358-8829

entender melhor as particularidades de cada discente e neste momento inicia-se o vínculo institucional com as famílias. Essa etapa é realizada por meio de reunião de acolhimento de apresentação do NAPNE à família. Nesse momento tem-se uma conversa como troca de informações: a equipe apresenta a instituição e a família acolhida conta sua história e do discente. Algumas perguntas são feitas às famílias como: 1) Como foi a gestação e a infância do discente? 2) Como foi a fase escolar até o 9º ano? 3) O discente que escolheu o curso no IFAL era o que ele queria? A partir dessas perguntas gerais são feitas perguntas mais específicas, sempre deixando a família ciente que só devem responder o que se sentem confortáveis e que esse é um local seguro e sigiloso para se expressar. Ao longo da conversa os profissionais do NAPNE vão complementando com falas pertinentes a área de atuação, como por exemplo: 1) pedagogo: explica a grade curricular, como funciona o processo avaliativo no IFAL, sobre organização e rotina de estudos, dentre outros; 2) psicólogo: fala sobre adaptação escolar, ansiedade com relação a escola nova, mudanças na vida etc; 3) assistente social: fala sobre os auxílios que tem na instituição e o apoio social que o setor pode oferecer; e 4) nutricionista: fala sobre seletividade alimentar (quando há casos relativos a isso); explica sobre os locais de alimentação na escola e dá dicas de como se alimentar melhor para ter energia para os estudos no IFAL.

A análise das percepções da equipe multiprofissional do NAPNE evidencia a relevância do acolhimento sob diferentes perspectivas complementares. A pedagoga ressalta que o acolhimento perpassa toda a fase de adaptação do estudante à nova escola — processo que pode ser desafiador —, de modo que a parceria com a família torna essa transição mais simples, transmitindo conforto aos familiares e utilizando ações pedagógicas preventivas contra o *bullying* e o capacitismo como instrumento de acolhimento. A coordenadora do núcleo destaca que, muitas vezes, o laudo de ingresso apresenta uma visão exclusivamente médica da deficiência, sem avaliação biopsicossocial; assim, a reunião inicial favorece a compreensão das reais necessidades e potencialidades do aluno, além de valorizar sua autonomia e transmitir segurança aos responsáveis. A assistente social enfatiza o acolhimento como uma ferramenta de intervenção fundamentada na escuta qualificada, que permite compreender a realidade dos usuários e assegurar seus direitos, especialmente o direito à educação. O nutricionista explica que o acolhimento nutricional permite identificar necessidades alimentares específicas que impactam diretamente a qualidade de vida e a disposição do estudante para a aprendizagem, que orientações sobre escolhas saudáveis ajudam a reduzir a ansiedade do estudante e da família em relação à rotina alimentar na nova escola e que essa escuta qualificada no momento do acolhimento contribui para que a atuação

ISSN: 2358-8829

nutricional seja articulada de forma humanizada e integrada ao plano de atendimento educacional do aluno.

Do ponto de vista da psicóloga, o acolhimento transcende a burocracia e se torna um verdadeiro ato terapêutico e de reparação para as famílias de pessoas com necessidades específicas. Ao encontrarem na equipe profissional um espaço de escuta empática, validação de suas dores e respeito à sua trajetória, esses responsáveis sentem-se finalmente enxergados, amparados e fortalecidos para enfrentar os desafios do processo educacional. Esse abraço institucional tem o poder transformador de ressignificar e aliviar o peso de uma vida inteira marcada pelo abandono, pela rejeição e pela solidão impostos pelas dificuldades históricas das escolas e órgãos públicos.

Portanto, as percepções da equipe multiprofissional evidenciam que o acolhimento vai muito além de uma recepção formal, configurando-se como uma rede de apoio contínua que articula dimensões pedagógicas, psicológicas, sociais e nutricionais. A atuação integrada desses profissionais assegura não apenas a adaptação, a segurança e o bem-estar do estudante com necessidades específicas, mas também fortalece o vínculo colaborativo com as famílias, promovendo uma educação inclusiva fundamentada no diálogo, na escuta qualificada, na valorização da autonomia e na garantia efetiva de direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que o acolhimento promovido pelo NAPNE do IFAL - Campus Palmeira dos Índios constitui uma etapa fundamental para a consolidação da educação inclusiva. Ao longo do ano letivo, as ações estruturadas em etapas contínuas superam a mera formalidade de recepção, garantindo um espaço seguro de escuta, suporte e diálogo constante. Essa postura institucional fortalece o vínculo de confiança e cooperação com as famílias de estudantes com necessidades específicas, amenizando a sobrecarga histórica vivida por esses cuidadores.

A partir das percepções da equipe multiprofissional, constatou-se a relevância de uma abordagem biopsicossocial integrada que valoriza a autonomia do estudante e identifica de forma precisa suas demandas e potencialidades. Em suma, o acolhimento familiar consolida-se como um pilar essencial para a garantia do direito à educação, a prevenção de barreiras atitudinais como o capacitismo e o bullying, e a efetiva inclusão dos discentes no ambiente escolar.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Acolhimento às famílias, NAPNE.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 13 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 421, de 15 de maio de 2026**. Regulamenta o Decreto nº 12.686, de 2025, e institui as diretrizes operacionais da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI) e da Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva (Reneei). Brasília, DF: MEC, 2026. Disponível em: https://mecnormas.mec.gov.br/pesquisa/detalhar/11240. Acesso em: 13 out. 2026.

DINIZ, Débora**. O que é deficiência.** São Paulo: Brasiliense, 2007.
GLAT, Rosana**.** O papel da família na integração do portador de deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 2, p. 111-118, 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O direito à diferença nas escolas – questões sobre a inclusão escolar de pessoas com e sem deficiências. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 23, 2004.

MATURANA, Ana Paula Pacheco Moraes; CIA, Fabiana. Educação especial e a relação família-escola: análise da produção científica de teses e dissertações. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 19, n. 2, p. 349-358, 2015.